

A despolitização da pauta dos agrotóxicos: Análise da posição pública do governo Bolsonaro na imprensa

The depoliticization of the pesticide agenda: Analysis of the Bolsonaro government's public position in the press

https://doi.org/10.14195/2183-5462_46_2

Ágatha de Souza Azevedo

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

agathas2azevedo@gmail.com

Ana Carolina Vimieiro

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

anacarolsco@gmail.com

Submetido: 2024-04-23 | Aceite: 2024-11-04

Submitted: 2024-04-23 | Accepted: 2024-11-04

Resumo

Este artigo analisa a posição do governo de Jair Bolsonaro sobre o tema dos agrotóxicos a partir da análise da cobertura jornalística sobre o assunto desde as eleições para presidente, em outubro de 2018, até o fim do primeiro ano de mandato, em janeiro de 2020. O objetivo é explorar as dinâmicas de despolitização das questões que envolvem o campo brasileiro através dos seguintes indicadores: (a) os enquadramentos (como os discursos são organizados a partir de uma certa perspectiva); (b) as posições (como os atores são colocados em relação com outros); (c) e as estratégias de legitimação (como uma demanda particular, ação ou poder é justificado ou sancionado). Nosso foco, neste artigo, é a posição de Jair Bolsonaro, dos ex-ministros e demais membros do governo, buscando entender como a política despolitizante foi proposta e justificada e quais as estratégias de legitimação empregadas.

Palavras-chave

agrotóxicos; Bolsonaro; despolitização; imprensa

Abstract

This article analyzes the position of the government of Jair Bolsonaro on the topic of pesticides from the analysis of news coverage since the elections for president in October 2018, until the end of the first year in office, in January 2020. The objective is to explore the dynamics of depoliticization through the indicators: (a) the frameworks (how discourses are organized from a certain perspective); (b) the positions (how the actors are placed in a certain relationship with others); (c) and legitimation strategies (how a particular demand is justified). Our focus, in this article, is the government's position through the then president, ministers and other representatives, seeking to

understand how Bolsonaro's depoliticizing politics is proposed and justified and what legitimization strategies are employed.

Keywords

pesticides; Bolsonaro; depoliticization; press

1. Introdução

Durante o primeiro ano do mandato do ex-presidente Jair Bolsonaro em 2019, a mídia brasileira anunciou cotidianamente os recordes atingidos na liberação de agrotóxicos. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), liberou 57 produtos nos 42 dias iniciais de mandato¹. Em maio daquele ano, já eram 166². A caminhada seguiu ascendente e fechamos 2019 com 474 liberações, o maior número registrado pelo Mapa desde 2005. Em 2020, houve novos recordes: 493 produtos aprovados, totalizando em dois anos quase mil substâncias liberadas para uso. Muitos dos agrotóxicos que foram legalizados neste período são proibidos em outros países³.

A média anual chega a ser maior do que o dobro dos primeiros governos de Luiz Inácio Lula da Silva. A partir da análise de dados do MAPA (Ministério da Agricultura e Pecuária), Rosa et al. (2020), afirmam que os Governos Lula, em vigência entre 2005 e 2011, registraram 743 novos agrotóxicos, uma média de 106 ao ano. Já os Governos de Dilma Rousseff (2011-2016) e Michel Temes (2016-2019), registraram 2069 e 853, uma média de 344 e 283, respectivamente. Além dos números de Bolsonaro serem maiores, alguns dos agrotóxicos liberados são proibidos internacionalmente.

Bolsonaro já deixava bastante claro seus objetivos para o campo brasileiro quando anunciou ainda em 2018, para ministra da agricultura, Tereza Cristina, então deputada pelo DEM e presidente da Frente Parlamentar Agrícola (FPA) (a bancada do boi). A engenheira agrônoma, ganhou o apelido de "musa do veneno" por sua atuação na defesa do Projeto de Lei (PL) 6299/02 que pretende, entre outras coisas, mudar o nome dos agrotóxicos para "defensivos agrícolas", liberar licenças temporárias e mudar a análise de riscos. O PL é defendido pelo agronegócio como modernização das normas para agilizar e baratear a liberação de agrotóxicos. Em 2018, ambientalistas e instituições como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), o Instituto Nacional do Câncer (Inca) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), entre outras, se mostravam contrários ao PL⁴, que é chamado por muitos de "Pacote do Veneno".

O Ministério do Meio Ambiente (MMA), foi cogitado para fusão ao Mapa. Ao invés disso, Bolsonaro decidiu nomear Ricardo Salles, ex-secretário estadual de Meio Ambiente de São Paulo. Este havia sido condenado em primeira instância (em 2018) por improbidade administrativa ao modificar documento referente a uma Área de Proteção Ambiental (APA) para favorecer empresas de mineração ligadas à Federação

¹ Disponível em: <https://bit.ly/3sY5gFJ>. Acessado em 28 abr 2021.

² Disponível em: <https://bit.ly/3tZE3nu>. Acessado em 28 abr 2021.

³ Disponível em: <https://bit.ly/2R6LR8q>. Acessado em 28 abr 2021.

⁴ Disponível em: <https://glo.bo/3nv8M9N>. Acessado em 28 abr 2021.

das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). O então ministro foi absolvido em segunda instância (em 2021) pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, o que não melhorou sua reputação: Salles foi chamado de “anti-ministro” pela oposição, criticado duramente por ambientalistas e mesmo por representantes do agronegócio. Uma das situações mais controversas foi a sugestão feita em reunião ministerial no início da pandemia de Covid-19 para o governo se aproveitar do momento para “passar a boiada” e flexibilizar a regulação e fiscalização ambiental. A pressão para sua saída chegou a se internacionalizar, com os recordes de desmatamento, omissão frente aos incêndios florestais e o desmonte das instituições e mecanismos de fiscalização. Parceiros comerciais se recusavam a assinar acordos e/ou comprar produtos agrícolas brasileiros. Salles acabou exonerado em junho de 2021 em meio a investigações da Polícia Federal e inquérito no Supremo Tribunal Federal (STF) que apontavam indícios de participação do ex-ministro e atual deputado federal em um esquema de contrabando internacional de madeira.

Partimos neste trabalho da hipótese de que o governo Bolsonaro adotou explicitamente uma política despolitizante e queremos entender suas dinâmicas. O tema também é foco de críticos sociais e teóricos políticos interessados em problematizar as condições daquilo que vem sendo chamado de pós-política, pós-democracia (Mouffe, 2015; Rancière, 1996, 2015; Žižek, 2002) e estudos de governança (Flinders & Buller, 2006; Wood & Flinders, 2014). Nessa literatura, processos de despolitização também estão ligados a noções de anti-política e à desdemocratização (Wood, 2016; Ballestrin, 2018).

Os autores indicam que as lógicas da despolitização são de fechamento, naturalização, consensos e de enquadramentos que apontam para a falta de caminhos alternativos, além da pressuposição de não legitimidade de adversários políticos. A politização envolveria enquadrar as questões como contingentes, com escolhas a serem feitas entre alternativas, com a consideração do outro como legítimo oponente político (Jenkins, 2011; Maesele et al., 2015; Wood & Flinders, 2014). Na literatura sobre despolitização, diferentes áreas já foram analisadas para se compreender as estratégias de despolitização, em geral de governos, que buscam também a transferência de responsabilidades para outros agentes em temas como política fiscal (Randeria, 2007), política migratória (Pickering, 2001), respostas nacionais à globalização (Watson & Hay, 2003) e direitos reprodutivos (Bates et al., 2014). A questão ambiental é uma das mais exploradas nessa literatura, com autores analisando debates sobre alimentos geneticamente modificados (Maesele et al., 2015), protestos ligados ao tema das mudanças climáticas (Kenis & Mathjis, 2014) e áreas de proteção ambiental (Celata & Sanna, 2012).

Neste trabalho, buscamos compreender quais são as estratégias discursivas de despolitização utilizadas pelo governo de Jair Bolsonaro ao se colocar no debate público sobre o tema dos agrotóxicos. Queremos entender como a política despolitizante do governo Bolsonaro foi proposta e justificada por seus representantes e quais as estratégias de legitimação empregadas.

Metodologicamente, fazemos uma análise quanti-qualitativa de conteúdo a partir das categorias de análise de Maesele et al (2015). **Os enquadramentos** (como os discursos são organizados a partir de uma certa perspectiva); **as posições** (como os atores são colocados em uma certa relação com outros e com o tema); e **as es-**

estratégias de legitimação (como uma demanda particular, ação ou poder é justificado ou sancionado). Identificamos como principais enquadramentos o “não problema” e a abordagem “legal-institucional”. Além disso, destacamos nos resultados o caráter despolitizante do enquadramento “individual” proposto pelo governo (a culpa do problema dos agrotóxicos é do trabalhador rural que não sabe aplicá-lo) e do enquadramento “moral”, que demoniza adversários políticos e parece preconizar uma escolha entre “certo” e “errado”.

Este artigo está assim organizado: na próxima seção (2), exploramos brevemente a literatura sobre (des)politização; na sequência (3), contextualizamos melhor a relação do governo de Bolsonaro com a temática dos agrotóxicos; a seção (4) apresenta nosso desenho metodológico; a (5) descreve os dados da análise e a (6) propõe discussão a partir dos achados da pesquisa; por fim, na (7), fazemos alguns apontamentos conclusivos.

2. (Des)politização: apontamentos teóricos e metodológicos

A expressão pós-democracia apareceu pela primeira vez nos anos 1990, mesmo período em que o agronegócio se consolida no Brasil, e consiste na destituição de seu sentido a partir do avanço neoliberal, autoritário e conservador. Segundo Wood (2016) é possível pensar politização e a despolitização como campo teórico, empírico e analítico, e o ponto de convergência entre os diversos estudos é a análise crítica da dinâmica do neoliberalismo como paradigma do pensamento político e supostamente leva ao surgimento da ‘anti-política’.

Para Ballestrin (2018), as contradições do neoliberalismo acabam esterilizando a democracia, de modo que as suas dimensões sociais, econômicas e políticas percam a funcionalidade. O deslocamento da política para um lugar neutro, ou técnico, é uma das práticas da pós-democracia. Essa neutralidade tende a eliminar o antagonismo político. Assim, o neoliberalismo contribui para a construção de uma política sem: povo, divergências, espaço para diálogo e antagonismo, na qual o mercado detém o controle.

Os processos de (des)politização tem sido muito utilizados para pensar as questões de governança. Segundo Wood (2016), a primeira geração de estudos sobre o tema é bastante centrada no Estado, e adota uma concepção restrita de política, a fim de compreender as estratégias de despolitização governamentais. Estas vão desde a delegação de funções e decisões às esferas não-governamentais até a definição de questões políticas pelo viés técnico. Recentemente trabalhos como os de Wood e Flinders (2014) e o de Jenkins (2011) buscam observar como questões políticas se veem construídas fora do sistema político governamental.

A partir da genealogia do conceito, Jenkins (2011) aponta três motivos que movem a atenção para a (des)politização: a política contemporânea como uma série de tentativas de politizar o social; a despolitização como estratégia de governo performada por atores políticos formais; e a politização em um sentido pejorativo, que seria a invasão partidária em um processo de discussão neutra ou não-política. Para a autora, despolitização não seria remover a política, mas destruir a diferença, a escolha, e as alternativas, e este é um processo político também. Jenkins (2011) reforça ainda a

necessidade de compreender o conceito a partir de um mapa de conexões que considera aspectos históricos, sociais e formativos da politização e da despolitização.

Como afirmam Wood e Flinders (2014), politização, nesse sentido, é o ato radical de reconhecer “o político”, a abertura de brechas para que a sociedade possa ser compreendida para além do fatalismo e da negação que os anos 1990 e o início dos anos 2000 trouxeram. Se o contexto sócio-histórico apontava para a derrota do comunismo e a dominância de políticas neoliberais no mundo, a emergência do contexto de desregulações e privatizações exigia a ampliação do arcabouço teórico da política.

Contudo, esses conceitos são pouco utilizados para estudar fenômenos da comunicação política brasileira, mas parecem frutíferos visto que há sinais dessas dinâmicas historicamente e de um possível recrudescimento e adaptação desses processos ao cenário contemporâneo. Como argumenta Ballestrin (2018) é necessário observar as diferentes relações de poder presentes no globo, e as dependências e subalternidades entre democracia e neoliberalismo.

Esta articulação conceitual serve também para pensar a aliança das agendas neoliberal e neoconservadora em torno de candidatos que, como Bolsonaro, são potencialmente neofascistas, apesar de terem sido eleitos e manterem governos de aparência democrática. A potência desses conceitos, entretanto, está justamente em relacionar as dinâmicas políticas para compreender fenômenos da realidade brasileira, que vão desde a destituição de Dilma Rousseff da Presidência da República em 2016, à eleição de Jair Bolsonaro como presidente em 2018. Maesele et al (2015) concebe uma definição teórico-metodológica de (des)politização que serve para demarcar as reflexões abordadas aqui:

O caráter democrático de uma ordem social particular depende se esses traços de poder e exclusão são reconhecidos e tornados visíveis para então estarem abertos à discussão democrática e à contestação. Enquanto a politização é usada para se referir aos discursos e práticas que tornam isso possível, no caso de discursos e práticas despolitizadoras, esses traços de poder e exclusão são apagados, escondendo assim a possibilidade de uma sociedade radicalmente diferente.

Segundo os autores, deve-se considerar três elementos nas notícias: (i) “Fatos” ou “alegações de verdade”, (ii) fontes ou “agentes de definição” e (iii) inferências extraídas da ação política. Para isso, Maesele et al (2015) consideram os **enquadramentos** (organização dos discursos a partir de certa perspectiva); as **posições** (os atores em relação uns com os outros, e quem é enquadrado como autoridade epistêmica); e as **estratégias de legitimação** (justificativas e sanções de uma demanda, ação ou poder).

Neste trabalho, estamos menos interessadas no papel da mídia em si, mas em como o governo se posiciona no debate público. Porém, para falar sobre o posicionamento institucional do governo Bolsonaro, é preciso utilizar-se das declarações dadas à imprensa e coletas feitas pelos veículos de comunicação diretamente das redes sociais do presidente, já que nas páginas oficiais muitas das informações não estão atualizadas ou divulgadas. Olhamos, assim, para a mídia, em busca de compreender as estratégias do governo para despolitizar a temática dos agrotóxicos.

3. O Governo Bolsonaro e os agrotóxicos

Capitão reformado do Exército brasileiro e ex-presidente do país, Jair Messias Bolsonaro iniciou sua carreira política como vereador em 1989. Foi eleito como Deputado Federal em 1991 e por sete mandatos seguidos, nos quais apresentou 170 projetos, mas somente dois foram aprovados.

Já em 1995, Bolsonaro defendia a exploração da Amazônia e o uso das armas, e, em 1998, o então parlamentar já fazia ataques à imprensa. Em 2008, Bolsonaro fala pela primeira vez sobre o comandante Brilhante Ustra, torturador que foi elogiado durante a votação do processo de impeachment de Dilma Rousseff, que culminou no golpe de 2016. Desde então, as pautas seguem as mesmas, com ataque às minorias sociais e políticas (Cioccarri & Persichetti, 2019).

Entre 2017 e 2018, Bolsonaro começa a aparecer mais nos veículos de comunicação e nas redes sociais, e opta por falar menos na Câmara de Deputados. Durante a campanha de 2018, o suposto atentado ao candidato ocorrido em Juiz de Fora também corroborou para que este não comparecesse a debates e não fizesse falas oficiais. Segundo Cioccarri e Persichetti (2019), o número de pronunciamentos de Bolsonaro enquanto deputado foi diminuindo sendo entre 2015 e 2018 iguais a 73, 48, 21 e 4, respectivamente.

Organizado com sua família como um “clã narcisista” e apoiado pelas bancadas ruralista, evangélica e das armas, Bolsonaro atuou como espetáculo de si próprio, imerso a polêmicas, e à alcunha de “mito”. Com domínio das tecnologias e das redes sociais, iniciou um estado de campanha permanente a partir da narrativa do “nós contra eles” — que substitui a dicotomia PT x PSDB pela ideia de que o outro é sempre um inimigo a ser combatido — de maneira ainda mais forte durante o mandato (Cioccarri & Persichetti, 2019).

O discurso de desrespeito a minorias e o revisionismo histórico, moral e social são marcas do governo Bolsonaro, cuja maioria dos eleitores em 2018 pertenciam à classe média com acesso à educação e tinham entre 16 e 34 anos (Solano, 2018). O senso comum no trato das minorias e o revisionismo chegam a níveis extremos, como relativizar o período escravocrata e a Ditadura Militar no Brasil, o que assume contornos ainda mais perigosos em um país cuja memória histórica é falha e desvalorizada. Para Ballestrin (2018), a combinação entre a racionalidade neoliberal e neoconservadora, responsável por eleger Bolsonaro com 58 milhões de votos, instaura um estado pós-democrático: “O Brasil demonstrou ao mundo que essas agendas, quando contrariadas e aliadas, são capazes de produzir uma ruptura democrática com aparência democrática”.

Além das indicações ministeriais conservadoras, Bolsonaro também cumpriu uma de suas principais promessas da campanha de 2018 e fez uma tentativa de tipificar como terrorismo as ações dos movimentos sociais. Bolsonaro se converteu no principal inimigo político dos movimentos sociais por suas ações que ferem princípios democráticos e desmantelam reservas institucionais de contenção, e por seus discursos que incentivam ações politicamente incorretas por parte da população brasileira que o apoia.

Esse fenômeno está relacionado ao conceito de pós-verdade e ao negacionismo. Segundo Ramalho (2020), Bolsonaro torna o negacionismo, já histórico no Brasil, “um

discurso sistematizado e institucional”(p. 5). Para o autor, o cenário de negação da ciência e dos fatos motivado por interesses políticos se acirrou no país a partir da disputa presidencial de 2018, mas esse tipo de discurso está presente há anos, e vai desde a negação da ditadura, à negação da vacina e do holocausto, por exemplo.

O então presidente cogitou extinguir o MMA, fundindo-o ao Mapa, mas, ao invés disso, moveu pastas importantes, como a Agência Nacional de Águas, para o Ministério do Desenvolvimento Regional — criado por Bolsonaro a partir da junção entre o Ministério das Cidades e o Ministério da Integração Nacional. Já o Serviço Florestal Brasileiro, que dentre as funções, fiscaliza desmatamentos e queimadas, foi movido para o Mapa de Tereza Cristina, que também cumpriria funções atribuídas à Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Além disso, nos primeiros seis meses de governo, o Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, já tinha pedido revisão de 334 Unidades de Conservação, com objetivo de extingui-las. Já Flávio Bolsonaro, senador pelo Rio de Janeiro e filho do presidente, apresentou um Projeto de Lei para extinção das Reservas Legais, que são as áreas protegidas cujas propriedades rurais não podem ser desmatadas. Controverso, o projeto tinha divergências até entre a bancada ruralista. O número de multas ambientais aplicadas pelo Ibama em 2020 diminuiu 34%, sendo um dos mais baixos dos últimos 11 anos. Outra medida foi o anúncio dos locais de fiscalização, o que historicamente ocorria em sigilo.

O controle de Bolsonaro sobre as instituições também resultou no afastamento de José Augusto Morelli do cargo de chefe do Centro de Operações Aéreas da Diretoria de Proteção Ambiental do Ibama após o flagrante e a multa aplicada no presidente por pesca ilegal na Estação Ecológica de Tamoios, no Rio de Janeiro. As pressões políticas na área ambiental também culminaram no pedido de demissão de Adalberto Eberhard, presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), após evento ruralista no Rio Grande do Sul com a presença do ministro Ricardo Salles. No lugar dos especialistas em biodiversidade, Salles nomeou policiais para o ICMBio. Já Ricardo Galvão, diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), foi exonerado do cargo após divulgar dados sobre o desmatamento na Amazônia.

O governo reteve mais de 400 pedidos de demarcação de terras indígenas e após o longo incêndio na Amazônia em agosto de 2019, conforme descreve Santos (2019), a indústria pecuária se aliou a ONGs para exigir que o presidente tomasse medidas para deter o desmatamento. Segundo a autora, Marcelo Britto, presidente da Associação Brasileira do Agronegócio, afirma a necessidade de “mudar a retórica” em relação às queimadas, indicando um alerta em relação à opinião pública e ao marketing.

4. Desenho metodológico

O objetivo desta análise é compreender os discursos do governo Bolsonaro através da perspectiva teórico-metodológica da (des)política. Em geral, Bolsonaro e os membros do governo não utilizavam de comunicações formais para apresentar seu posicionamento político acerca dos temas de interesse público. Por exemplo,

Bolsonaro não costumava conceder entrevistas coletivas à imprensa. Durante o mandato, o ex-presidente adotou a prática de falar com apoiadores em um pequeno palanque (apelidado de “cercadinho”) instalado no Palácio da Alvorada, residência oficial do chefe do Estado brasileiro. No início, jornalistas compareciam ao local, mas, posteriormente, veículos de comunicação retiraram os funcionários do espaço por segurança, já que houve situações de conflito entre jornalistas e apoiadores de Bolsonaro, que eram frequentemente encorajados à violência contra a imprensa pelo então presidente⁵. O governo de Jair Bolsonaro também não tinha o costume de publicar nos sites oficiais dos ministérios posicionamentos políticos do governo e/ou respostas a questionamentos públicos.

Por essas razões, optamos por coletar os discursos do governo através das citações diretas de suas falas nos veículos de comunicação de conteúdo textual disponíveis online, e utilizamo-nos da busca avançada do Google para selecionar as matérias jornalísticas. Para isso, coletamos 266 notícias, publicadas entre os meses de outubro de 2018 até janeiro de 2020, a partir do uso das palavras-chave “bolsonaro” e “agrotóxico”. Destas, 60 notícias foram selecionadas por possuírem citações diretas de membros do governo, fundamentais para compreendermos o posicionamento deste sobre a temática. O período escolhido para análise corresponde ao período eleitoral (outubro/2018) e finalização do primeiro ano de mandato (janeiro/2020).

Para a análise do material, utilizamos a estratégia da análise de conteúdo (Bardin, 2006), trabalhando com categorias de análise derivadas dos pressupostos teóricos aqui adotados. Nesse sentido, as categorias foram geradas de forma indutiva (com base na literatura) e os tipos/variáveis dedutivamente, a partir do que foi encontrado no material empírico aqui analisado. Para garantir a confiabilidade dos nossos resultados, trabalhamos com teste de codificação inter-codificadores em sub-amostra e ensaios de teste-reteste. O teste de codificação inter-codificadores envolveu as duas autoras do artigo com sub-amostra de 15 notícias e buscou concordância simples entre os códigos atribuídos. Após discussão e diálogo, o livro de códigos foi aperfeiçoado para garantir mais precisão na identificação dos códigos e o processo final de codificação envolveu então ensaios de teste-reteste com uma única codificadora. As notícias/falas do governo foram codificadas três vezes por esta codificadora com tempo entre cada teste, buscando estabilidade no processo de codificação final (Krippendorff, 2018).

Para a definição das categorias de análise, partimos do trabalho de Maesele et al (2015) que propõem um quadro operacional para a análise da (des)politização em material jornalístico. Para isso, eles analisam o que chamam de “culturas ideológicas” através de estratégias que buscam identificar: (a) os enquadramentos (como os discursos são organizados a partir de uma certa perspectiva); (b) as posições (como os atores são colocados em uma certa relação com outros e a quem é concedido o poder de enquadramento, chamado por eles de autoridade epistêmica); (c) e as estratégias de legitimação (como uma demanda particular, ação ou poder é justificado ou sancionado). Também dialogamos com Vimieiro e Maia (2011) para fins de refinamento metodológico da análise de enquadramentos.

⁵ Segundo Chã (2018), agronegócio pode ser definido como a configuração da modernização e do capitalismo no campo, que surge no Brasil entre os anos 1960 e 1970.

Ao fim, nossos operadores da (des)politização são: os enquadramentos da questão (subdivididos em causas, soluções e julgamentos morais); as posições do governo; as estratégias de legitimação. Como nosso corpus de análise não é extenso, optamos por apresentar o quantitativo de nossa codificação em números e não porcentagens já que algumas categorias têm uma incidência bastante baixa (por exemplo, os julgamentos morais). Depois de apresentar os resultados, organizamos a discussão destes em três eixos: não problema, responsabilização individual e demonização da diferença, numa costura entre achados empíricos e discussão conceitual.

5. Análise dos dados: o governo e aprovação massiva de agrotóxicos

A seleção de notícias em que aparecem citações diretas ao governo Bolsonaro se subdivide em três formatos: notas (1,6%), notícias (51,6%) e reportagens (46,6%). Sobre as editoriais em que as notícias se enquadram, estão: Política (13,3%) (que engloba Governo), Agro (51,6%) (que engloba Natureza, Meio Ambiente, Ambiente, Sustentabilidade, Saúde e Por trás do alimento), Notícias (28,3%) (que engloba matérias regionais, Brasil, Sociedade, JN e Checagem), Direitos Humanos e Economia (que engloba Mercado). As editoriais de Direitos Humanos e Economia representam 3,3% cada.

Dentre as 77 fontes citadas diretamente nas matérias coletadas, 56 não são do governo, porém, as 21 fontes do governo são bastante diversas. Além de Bolsonaro, aparecem nas entrevistas os então ministros Ricardo Salles (MMA), Tereza Cristina (Mapa) e Ernesto Araújo (MRE), além de quadros técnicos dos ministérios e das instituições de governo, como a Anvisa. Entre as 10 fontes com mais citações, 7 são do Governo, 1 é ativista ambiental e 2 são instituições de ensino.

Com 17 citações, o Mapa é a fonte que mais aparece, seguido de Tereza Cristina (15) e Jair Bolsonaro (12). Dentre os quadros técnicos, estão a Anvisa, que aparece 9 vezes, seguida de Renato Porto (08), Diretor de Relações Institucionais da instituição, e Carlos Venancio (07), que até fevereiro de 2020 era chefe do Departamento de Sanidade Vegetal e Insumos Agrícolas, pasta da Secretaria de Defesa Agropecuária do Mapa, responsável pela liberação de agrotóxicos. Marina Lacôrte, do Greenpeace, aparece 5 vezes, e Luiz Claudio Meirelles (Fiocruz), Ricardo Salles e Larissa Bombardi (USP) aparecem, respectivamente, 4 vezes.

A maioria das matérias (51,67%) é sobre a aprovação dos agrotóxicos. Os outros temas que aparecem são polêmicas ligadas à Anvisa (4,8%), matérias ligadas à produção e comercialização de alimentos e à questão ambiental (3,6%). A composição de ministérios, a questão indígena, a regularização fundiária, as relações comerciais internacionais, a questão da fome no Brasil e os conflitos na base do Governo aparecem no máximo duas vezes cada e representam menos de 2% das ocorrências. Com base no arcabouço teórico-metodológico proposto, a análise ocorre em dois movimentos: o enquadramento e a (des)politização. Para compreender o enquadramento, observamos as causas, as soluções e os julgamentos morais presentes nas falas do governo Bolsonaro. Já a análise da (des)politização parte das posições e das estratégias de legitimação.

5.1 Enquadramento

Para a análise dos enquadramentos, fez-se necessário compreender como os agrotóxicos são vistos pelo governo, e como as problemáticas se apresentam de modo a excluir ou dar luz a certos aspectos. Visando identificar os padrões nos discursos do governo e como eles são compostos no texto, conforme apontam Vimieiro e Maia (2011) ao defender um novo procedimento de análise em que o enquadramento se subdivide em seus elementos isolados e é codificado a partir da junção dos mesmos, definimos três categorias como conformadoras do enquadramento: causas, soluções e julgamentos morais.

Dentro dos textos selecionados, encontramos 7 tipos de causas, 6 tipos de soluções e 5 tipos de julgamentos morais para as questões envolvendo os agrotóxicos nas falas de governo. Por definição, as causas são as razões pelas quais uma questão está exposta no debate público, e as soluções tratam de como se propõe resolver dada questão. A análise sumarizada na Tabela 1, aponta como característica das causas uma constante tentativa de normalização dos agrotóxicos, a partir da lógica do “Não problema”, ou das causas naturais, por exemplo a presença de pragas que interferem na agricultura. Destaca-se também a causa institucional, que reduz a questão à burocracia e aponta para a ineficiência de governos anteriores.

Tabela 1

Enquadramento - Causas

Causas	Definição	Exemplo	Qt
Não problema	O governo não identifica problemas em relação ao tema abordado. Não o responde, o nega ou o simplifica.	“Não existe ainda outro produto que substitua o glifosato” ⁶	19
Natural	O governo identifica um problema, mas ele está ligado à natureza. As pragas agrícolas aparecem como inevitáveis, exceto com o uso de agrotóxicos.	“O que determina o consumo é a existência ou não de pragas, doenças e plantas daninhas.” ⁷	4
Institucional	O governo entende a não liberação de agrotóxicos como ineficiência, burocracia e/ou falta de pessoal.	“Era a grande reclamação: dez anos para se liberar uma molécula” ⁸	17

⁶ Commodities são produtos duráveis e de qualidade uniforme cujo preço é determinado pela oferta e procura no mercado internacional, já que estes não são perecíveis e não tem condições climáticas ou de produção que os diferenciem. Essa relação advém do período colonial, em que o Brasil exportava matéria-prima.

⁷ Citação disponível em: <https://x.gd/QNNuI> Acesso em: 04/03/2021.

⁸ Citação disponível em: <https://x.gd/5EtGy> Acesso em: 04/03/2021.

Ideológica	O governo conecta a causa do problema a objeções políticas e/ou ideológicas.	"Nós temos no estado do Amazonas, hoje, a maior parte tomado por reservas indígenas (...) entre outras políticas ambientalistas que, em parte, prejudicaram o crescimento do nosso Brasil." ⁹	10
Legal	Subversão do problema, que passa da aprovação para a regulamentação, a fiscalização, as leis, etc.	"esse produto muito provavelmente entrou de maneira ilegal, está sendo usado de maneira errônea e causou a morte das abelhas" ¹⁰	10
Individual	O governo desloca a cuidados e conhecimento sobre a aplicação do agrotóxico para o trabalhador rural.	"A principal conclusão da reavaliação é que o glifosato apresenta maior risco para os trabalhadores que atuam em lavouras e para as pessoas que vivem próximas a estas áreas" ¹¹	7
Econômica	O governo coloca a discussão atrelada ao preço dos agrotóxicos, à falta de oferta, etc.	"As aprovações de novos produtos técnicos equivalentes significam que novas fábricas estão autorizadas a fornecer ingredientes ativos (...), possibilitando um aumento na concorrência no fornecimento industrial destas substâncias" ¹²	5

Fonte: Autoras Nota. Qt. Quantidade

Relacionadas com as causas, as soluções apresentadas na Tabela 2 contém categorias similares, diferenciando-se apenas na solução técnica, que muitas vezes está associada às causas ideológicas, e na ausência de uma solução direta para as causas naturais. Além das descritas, foram encontradas duas notícias em que o discurso de ódio aparece como uma solução para as questões de governo.

Tabela 2
Enquadramento - Soluções

Soluções	Definição	Exemplo	Qt
Não problema	O governo não identifica problemas em relação ao tema abordado na matéria e, portanto, não o responde, o nega ou o simplifica	"Não existe ainda outro produto que substitua o glifosato" ¹³	20
Institucional	A solução para o problema tem relação com desburocratizar, aumentar o pessoal, ter eficiência.	"O Ministério da Agricultura afirmou que o produto estava na fila para registro no Brasil havia 10 anos." ¹⁴	11

⁹ Citação disponível em: <https://x.gd/ie9Rp> Acesso em: 04/03/2021.

¹⁰ Citação disponível em: <https://x.gd/omMmz7> Acesso em: 04/03/2021.

¹¹ Citação disponível em: <https://x.gd/lGdznf> Acesso em: 04/03/2021.

¹² Citação disponível em: <https://x.gd/9IEvH> Acesso em: 04/03/2021.

¹³ Citação disponível em: <https://x.gd/THIQp> Acesso em: 04/03/2021.

¹⁴ Citação disponível em: <https://x.gd/tEyFe> Acesso em: 04/03/2021.

Legal	Soluções ligadas à mudança de normas e classificações; flexibilização.	"Segundo técnicos do Ministério da Agricultura, essa lei garante que, de lá para cá, as doses de ingredientes ativos vêm sendo reduzidas porque os novos pesticidas são mais eficientes e menos tóxicos." ¹⁵	18
Comportamental	Solução de responsabilidade individual: cuidado para a aplicação correta e segurança de quem aplica.	"(...) dizia que o produto era tóxico, mas não falava como ele [consumidor] deveria se proteger." ¹⁶	8
Técnica	Solução é trazer o agronegócio para a gestão do meio ambiente; ser "imparcial"/ apolítico; modernizar os agrotóxicos, etc.	"Critérios "técnicos" que eram barrados em governos anteriores por conta de "processo ideológico" ¹⁷	12
Econômica	Argumento de que genéricos são mais baratos; concorrência através dos genéricos; benefícios fiscais, etc.	"(...) possibilitando um aumento na concorrência no fornecimento industrial destas substâncias" ¹⁸	8

Fonte: Autoras **Nota**. Qt. Quantidade

Os julgamentos morais são obtidos a partir do levantamento de questões de ordem moral para refutar ou reforçar as causas e soluções de um problema ou questão e estão reunidos na Tabela 3. Por conta da abordagem predominantemente "técnica" e de "não problema", os julgamentos morais aparecem pouco nas matérias coletadas. Contudo, quando aparecem, eles são marcados pelo discurso de ódio e/ou pelo tom inquisitivo, como na crítica a governos anteriores feita por Jair Bolsonaro: "Se for para entrar em detalhe, em filigranas, eu vou embora. Não estou vendo nenhum magro aqui. Temos problemas alimentares no Brasil? Temos. Não é culpa minha, vem de trás." Foram encontradas 5 variáveis e a "crítica a outras posições políticas" é a mais recorrente.

Tabela 3

Enquadramento - Julgamentos morais

Julgamentos morais	Definição	Exemplo	Qt.
Crítica a governos anteriores	Diz da morosidade da aprovação dos agrotóxicos ou ineficiência da Anvisa no passado	"Parece que ninguém nunca cobrou essa eficiência do agrotóxico e agora está sendo cobrado também." ¹⁹	3

¹⁵ Citação disponível em: <https://x.gd/oiomQ> Acesso em: 04/03/2021.

¹⁶ Citação disponível em: <https://x.gd/VAYFV> Acesso em: 04/03/2021.

¹⁷ Citação disponível em: <https://x.gd/9NzQA> Acesso em: 04/03/2021.

¹⁸ Citação disponível em: <https://x.gd/ZbDJW> Acesso em: 04/03/2021.

¹⁹ Citação disponível em: <https://x.gd/qbSgl> . Acesso em: 04/03/2020

Crítica à imprensa	Diz da atuação de veículos de comunicação, exposição de dados, entre outros	"[Foi eleito] Sem TV, sem tempo de partido, sem recurso, com quase toda a mídia esculachando a gente, racista, homofóbico, fascista, e seja lá o que for" ²⁰	1
Crítica à sociedade civil	Questiona as práticas ou a existência de movimentos sociais, ambientalistas, causa indígena, causa quilombola, camponeses, mulheres, entre outros	"esquizofrenia" na discussão / "contra a esquerda e o MST" ²¹	5
Crítica a outras posições políticas	Se refere à esquerda ou algum partido ou político em específico, apontando problematização como de cunho político/ ideológico/ perseguição	"arcabouço ideológico" ²²	9
Crítica a outros países	Compara o uso de agrotóxicos para afirmar o Brasil como exportador ou dizer que outro país usa mais agrotóxicos	"Ele possui registro na União Europeia e também está autorizado nos Estados Unidos desde 2012 (e em análise para uso residencial)" ²³	3

Fonte: Autoras **Nota**. Qt. Quantidade

No total, aparecem 77 soluções nas falas do governo e são apresentadas 72 causas para os problemas ligados à temática dos agrotóxicos. Os julgamentos morais aparecem em 21 trechos de fala selecionados. Como é possível perceber, as principais causas apontadas pelo governo são a "causa institucional" e o "não problema"; as principais soluções são o "não problema" e a "solução legal"; e os principais julgamentos morais são a "crítica a outras posições políticas" e a "crítica à sociedade civil". Sendo a associação dessas três categorias, o enquadramento contribui para delimitar, ou definir, um problema ou questão, e faz parte das categorias que compõem a análise da (des)politização. De tal forma, podemos dizer que existe a predominância dos enquadramentos do "não problema" e uma abordagem aos agrotóxicos como uma questão 'legal-institucional'.

5.2 Posições e estratégias de legitimação

As posições e as estratégias de legitimação são entendidas aqui como estratégias discursivas que dizem da forma como se aborda uma questão ou um problema. Na Tabela 4 estão as posições de como o governo se coloca no conflito, podendo ser posições de "negação", "omissão", "simplificação", "relativização" ou mesmo a associação de mais de uma das categorias.

²⁰ Citação disponível em: <https://x.gd/0i4Hs> . Acesso em: 04/03/2020.

²¹ Citação disponível em: <https://x.gd/f2kPK> . Acesso em: 04/03/2020.

²² Citação disponível em: <https://x.gd/XHZhP> . Acesso em: 04/03/2020.

²³ Citação disponível em: <https://x.gd/I54eN> . Acesso em: 04/03/2020.

Tabela 4*(Des)politização- Posições*

Posições	Definição	Exemplo	Qt.
Negação	Dizer que não existem problemas. Passa por argumentos de outros sujeitos ou do próprio jornal colocados em contraposição.	"51% dos produtos formulados no mercado não são efetivamente comercializados pelas empresas detentoras do registro" ²⁴	25
Omissão	Não se posicionar sobre o tema, se abster de responsabilidades, alegar desconhecimento.	"O Ministério da Agricultura foi procurado pela reportagem e suas considerações, se enviadas, serão acrescentadas a este texto." ²⁵	7
Simplificação	Reduzir a questão a algo técnico, burocrático, econômico, político ou ao discurso de ódio, apontando soluções fáceis.	"O glifosato, para ser banido, precisa ser substituído. Se for usado de maneira correta, com equipamento, diminui muito o risco" ²⁶	34
Relativização	Diminuição do problema. Localizar o problema no reino da necessidade, ou em outro órgão ou instituição que não seja de responsabilidade do governo.	"Isso nos ajuda também em comparações internacionais, como verificar produtos condenados em outros países que precisam ser reavaliados aqui." ²⁷	26

Fonte: Autoras **Nota**. Qt. Quantidade

As estratégias de legitimação se dividiram em 11 categorias que dizem dos argumentos mobilizados para construir e/ou reafirmar posições de governo descritas anteriormente. Para esta análise, foram selecionadas as 3 categorias principais: as analogias simplificadoras, a exploração dos dados e o uso de especialistas do governo, apresentadas na Tabela 5. Há sobreposição de estratégias nas falas do governo e, por isso, a ocorrência das três é elevada. As duas primeiras, vem articuladas numa retórica particular, como um questionamento que retruca a questão em debate, ou respostas que simplificam e levam a discussão para o âmbito técnico.

²⁴ Citação disponível em: <https://x.gd/e1rkV> . Acesso em: 04/03/2021.

²⁵ Citação disponível em: <https://x.gd/dUcwf> . Acesso em: 04/03/2021.

²⁶ Citação disponível em: <https://x.gd/VGu8s> . Acesso em: 04/03/2021.

²⁷ Citação disponível em: <https://x.gd/i7G75> . Acesso em: 04/03/2021.

Tabela 5*(Des)politização-Estratégias de legitimação*

Estratégias de legitimação	Definição	Exemplo	Qt.
Analogias simplificadoras	Uso de hipérboles; ironias; expressões coloquiais; analogias cotidianas.	"Quem não quer mudar de carro, um carro mais moderno? É o que nós fazemos" ²⁸	23
Exploração dos dados	Dados que tratam da negação ou relativização e que vão contra o posicionamento do governo. "	"Primeiro passo é: precisa mais dados para saber que desmatamento é esse. Ele acontece aonde, quem são os principais agentes desse desmatamento e sob quais condições? Digo isso porque os dados são muito genéricos" ²⁹	22
Especialistas do governo	Uso de quadros técnicos e especialistas dos órgãos de governo	Fontes de dentro do MAPA, Anvisa, etc.	14

Fonte: Autoras **Nota.** Qt. Quantidade

Tanto no uso de analogias simplificadoras, quanto na exploração dos dados, se fazem presentes também as políticas de exclusão a partir da lógica da existência de um "nós" e um "eles" a ser combatido. No caso das analogias, pode ser de maneira explícita, com expressões como "tolerância zero", "contra a esquerda e o MST" e "banditagem no campo", ditas pelo então Ministro Ricardo Salles, ou de maneira implícita, como é o caso da frase "se eu fosse fazendeiro, não vou falar o que eu faria, não, mas eu deixaria de ter dor de cabeça", dita pelo então presidente.

Sobre a exploração dos dados, o movimento feito pelo governo atua em dois sentidos: desconstruir a argumentação contrária ao uso de agrotóxicos, deslegitimando-a através da relativização dos dados, ou usar dados desconectados e relativizados para reforçar uma visão ou posicionamento de governo. Em alguns casos, os dados servem para criar um cenário que corrobora com as analogias simplificadoras e o discurso de ódio (como, por exemplo, na fala sobre a causa indígena: "Eles têm 14% do território nacional. Imagine a região Sudeste, uma área maior que essa já é terra indígena, não é área suficiente?"), e em outros casos, a negação dos dados cria o mesmo efeito de negação das diferenças entre as pessoas (explícito em outra fala de Bolsonaro sobre a questão da demarcação de terras indígenas: "Quantos entre vocês aqui são descendentes de índios? Por que reservar o espaço dentro de uma terra onde você não possa fazer nada sobre ela?"). Em ambos, o uso de perguntas aparece como uma estratégia de conformação do discurso.

Assim, as posições mais recorrentes são a simplificação e a relativização, seguidas da negação, e as principais estratégias de legitimação, o uso de analogias simplificadoras e a exploração dos dados. A partir dos enquadramentos do "não problema" e "legal-institucional", e das posições de governo e estratégias de legitimação citadas anteriormente, construímos a análise da (des)politização observando três pontos principais: a construção da liberação dos agrotóxicos como um "não problema";

²⁸ Citação disponível em: <https://x.gd/Hwm8e> . Acesso em: 04/03/2021.

²⁹ Citação disponível em: <https://x.gd/MaBcD> . Acesso em: 04/03/2021.

a responsabilização individual e conseqüente isenção do governo sobre o conhecimento acerca do uso dos agrotóxicos; e a demonização a partir do discurso de ódio dos que pensam e constroem propostas de agricultura divergentes.

6. Discussão: (des)politização, agrotóxicos e discursos de governo

6.1 Não problema

O chamado “não problema” aparece em todos os aspectos analisados, tanto no enquadramento, quanto nas posições e estratégias de legitimação, e utiliza-se dos dados, dos quadros técnicos do governo, das retóricas e analogias simplificadoras, bem como das perguntas como uma forma de naturalizar o uso e consumo de agrotóxicos.

Segundo Rancière et al. (2006), “a despolitização é a tarefa mais antiga da política”. Táticas para a falsa neutralidade das decisões de governo consistem em: despolitizar os servidores públicos buscando gerar confiança, dizendo que não há problema ou colocando o debate na voz de especialistas técnicos. Assim, o tema trata de algo inevitável e que não diz respeito ao debate público.

Essa exclusão da política enquanto debate e contingência pode se dar também através de mudanças no raciocínio político, como a realocação de funções e responsabilidades de órgãos — muito vista no governo Bolsonaro nas mudanças de pessoal, autonomia e atribuições do IBAMA, da Anvisa, do Mapa, entre outros — ou uso de grupos independentes de especialistas, excluindo o tema da política através da adoção de práticas “racionais” (as substâncias já estão sendo usadas) ou “técnicas” (argumento da modernização e do uso de genéricos que fomentam a economia dos agrotóxicos).

Hay (2007) aponta para o interesse material próprio se sobrepondo ao interesse político como uma forma de despolitização. Entendendo a política como escolha coletiva, capacidade de agência, deliberação e interação social. Dizer que não há problema na liberação massiva dos agrotóxicos seria despolitizar a agricultura. Nesse cenário os sujeitos não têm opções para se alimentar, alterar o modo produtivo, agir de maneira discordante (risco de discurso de ódio e violência), debater e deliberar coletivamente sobre o tema.

Pensando agência e política como coextensivas, Jenkins (2011) coloca a despolitização e a politização dentro do campo da contingência, em contraposição ao fatalismo e a necessidade, pois é preciso ter a capacidade de fazer escolhas e promover mudanças. No debate da responsabilização individual, é possível identificar a remoção da responsabilidade do governo e a transferência de atribuições e culpas.

6.2 Responsabilização individual

Uma das formas mais sutis de (des)politização da aprovação e do uso dos agrotóxicos é a responsabilização individual pelo risco de contaminação na aplicação dos mesmos, que além de colocar sobre os agricultores toda a culpa no caso de algum adoecimento durante a produção de alimentos.

A mudança de termos, de “classificação de risco” para “classificação toxicológica” dos agrotóxicos, e a constante tentativa do governo de alterar o uso da palavra “agrotóxico” para a expressão “defensivo agrícola”, bem como o uso recorrente de termos como “produto” — que remete à economia e silencia os riscos à saúde ao se referir aos agrotóxicos —, também localizam o problema em como se aplica a substância. Ou seja, as pessoas que trabalham na zona rural seriam as culpadas pela própria contaminação, já que ‘pesticidas’ são necessários.

Entendendo a memória como tecnologia discursiva, Baronas (2019) utiliza-se do conceito de amemória discursiva, descrita como o apagamento de fatos e sentidos nos discursos de maneira intencional, para explicar o uso do termo ‘defensivo agrícola’ pelo relator no supracitado PL do Veneno. Esta estratégia opera negando o uso de palavras que traduzem determinado acontecimento, no caso, a liberação dos agrotóxicos. usando um termo mais virtuoso e que não traz os aspectos negativos do agrotóxico. Ao analisar o mesmo PL, Vollmer e Tondato (2020) partem da origem do termo ‘agrotóxico’ no Brasil, que surge em 1989 evidenciando a toxicidade do produto, sendo necessário, então, mudar o imaginário coletivo sobre o tema a partir de outra representação nominal. Ambos os trabalhos ressaltam o interesse político por trás da nomenclatura.

Conectando aos achados da pesquisa, é possível afirmar que a alteração do termo para ‘agrotóxicos’ corrobora para a responsabilização individual pelo mal uso do mesmo, já que este sai do lugar de agente tóxico para um defensivo a ser bem manipulado. A disputa terminológica aparece na pesquisa ao observar que as fontes do governo não utilizaram a palavra veneno em nenhum momento. A palavra mais usada foi ‘produto’, citada 17 vezes, seguida de agrotóxico (12), defensivo agrícola (6), e pesticida (1). Em comparação, na imprensa analisada, o termo agrotóxico prevaleceu com 51 citações, seguido de produto (31), pesticida (15), defensivo agrícola (9) e veneno (4).

Acselrad (2001) aponta que a função do governo é diminuída através de desmontes de instituições responsáveis pelas fiscalizações e órgãos que causariam problemas aos parceiros econômicos dos governos neoliberais, como por exemplo a “bancada do boi”. Tentar manter as reservas institucionais para garantir políticas ambientais de estado se torna um desafio já que este se vê enfraquecido. Com essa transferência de responsabilidades de estado para a sociedade civil, deixa de ser função do Mapa a proteção dos agricultores e da sociedade consumidora de alimentos e os dados sobre o consumo de alimentos com agrotóxicos são negados.

A tática da despolitização, que movimentava a discussão da arena governamental para a social, e da arena social para a privada, pode ser interpretada como uma técnica defensiva de gerenciamento de riscos desde a despolitização do campo institucional. Esse movimento é feito através da distribuição de cargos e atribuições, e da confiança nos setores privados, no mercado e nas empresas para regular questões como a segurança ao aplicar os agrotóxicos por um viés tecnicista (Flinders & Buller, 2006).

Na transição entre a “não questão” e a questão que deve ser resolvida no âmbito privado, o debate dos agrotóxicos no governo separa economia e política, público e privado, trabalho e desigualdade social e, principalmente, trabalhador e agronegócio, e nesse movimento acaba por excluir a responsabilidade governamental por informar as pessoas sobre os agrotóxicos e, no mínimo, capacitá-las para usá-los.

6.3 Demonização da diferença

Os dados encontrados em nossa análise indicam que o discurso de ódio proferido pelo governo Bolsonaro, especialmente contra minorias, é utilizado discursivamente para eliminar outros entendimentos e possibilidades de se compreender os agrotóxicos. É significativa a existência de um enquadramento “moral” em que se combinam causas “ideológicas”, soluções “técnicas” e críticas a governos anteriores, à sociedade civil e a outras posições políticas. Este enquadramento, que não é dominante, serve de sustentáculo para os enquadramentos principais (do não problema e legal/institucional). Assim, temos o uso de analogias simplificadoras (minimizam o impacto do discurso de ódio aberto e explícito) e a exploração de dados em que se busca utilizar a mesma estratégia dos oponentes políticos (sobretudo pesquisadores e sociedade civil), mas para fortalecer o enquadramento do não problema e a relativização.

Entre os teóricos ligados à (des)politização, pós-política e pós-democracia, Chantal Mouffe é quem se preocupa mais claramente com a repressão do antagonismo (Wilson & Swyngedouw, 2014). Apostando numa forma de democracia radical, Mouffe defende que o antagonismo é inerente às relações humanas e que, ao invés de suprimi-lo, devemos reconhecê-lo como condição de existência do pluralismo nas democracias modernas. O antagonismo está ligado à diferenciação que a autora propõe entre “o político” referindo às diferenças e a existência de contestação e “a política” como “o conjunto de práticas, discursos e instituições que procuram estabelecer a coexistência humana em condições que são sempre conflituais porque são sempre afetadas pela dimensão do ‘político’” (Mouffe, 2005). A política, complementa a autora, consiste em domesticar a hostilidade e em tentar transformar a oposição “nós-eles” em um modo compatível com a democracia.

Assim, o propósito da política democrática é construir o “eles” de tal modo que os oponentes não sejam percebidos como inimigos a serem destruídos, mas como adversários. No cenário pós-político, em que imperam os princípios do consenso, neutralidade e técnica, o embate democrático é substituído por uma disputa moral e racionalizante em que somos confrontados com o “certo” e o “errado”, o que transforma qualquer um que discorda em um fundamentalista e/ou radical (Maesele et al., 2015). E, assim, o debate democrático é substituído por considerações tecnocráticas e de mercado e o oponente demonizado e deslegitimado. É este tipo de lógica que permeia a abordagem do problema dos agrotóxicos como “ideológica” e a proposta de soluções “técnicas”. Chamamos esse enquadramento de “moral” porque a forma como as causas, soluções e julgamentos são apresentados nos levam a uma espécie de escolha entre o “certo” (o governo atual, o mercado e as técnicas mais “modernas” de produção agrícola) e o “errado” (a postura “ideológica” dos incompetentes adversários políticos e de governos anteriores, quando a Anvisa, por exemplo, nas palavras de Tereza Cristina, não tinha “uma boa vontade” na liberação de agrotóxicos). Como explica uma das notícias analisadas, Ricardo Salles busca enfrentar o “arcabouço ideológico” do setor e, para isso, defendeu em seu material de campanha para deputado federal em São Paulo em 2018 a “tolerância zero” e o uso de armas “contra a esquerda e o MST” e a “bandagem no campo”. Seus oponentes, nesse sentido, são inimigos a serem literalmente destruídos.

7. Apontamentos para pensar a (des)politização dos agrotóxicos

Apesar da aparência difusa e desordenada do governo, que opta por não falar em sites oficiais e critica a imprensa por sua forma de abordar as suas ações, os dados da pesquisa nos mostram que Bolsonaro e seus ministros têm estratégias nítidas para que a liberação dos agrotóxicos pareça imutável, trivial e de baixo risco, colocando todos os opositores em descrédito, por supostamente agirem de maneira 'ideológica'. Contudo, os processos de politização e despolitização não são estáticos, e se alteram com o movimentar dos atores sociais, proporcionando brechas para a ação.

Conforme apontam Flinders e Buller (2006), politização e despolitização podem ocorrer simultaneamente, portanto, cada discurso pode ser construído e destruído a partir de outros discursos. Segundo Hay (2006), a crise pode levar à mudança, mas esta não ocorre automaticamente, é processual.

Historicamente, o campo brasileiro é um local de confronto político, e os modelos de produção do agronegócio³⁰ e da agricultura familiar e camponesa são antagonistas nessa disputa. A modernização estratégica do campo vence a disputa política no Brasil desde o fim da 2ª guerra mundial (Delgado, 2005), e o uso da comunicação e do entretenimento como para propor determinador valores sócio-políticos e disputar simbolicamente o imaginário coletivo ainda se faz presente (Chã, 2018).

A partir da chamada 'Revolução Verde', ou 'Pacote Verde', e da transformação da matriz tecnológica do campo, com maquinários e monocultivo visando o lucro, a prioridade passou a ser reforçar o agronegócio como força-motriz do país, de representações simbólicas à propagandas televisivas.

Essas não-contradições entre agronegócio e as representações do campo brasileiro estão implícitas nos posicionamentos do governo, na mudança de nomenclatura proposta pela PL do Veneno e nas estratégias de (des)politização aqui descritas. A construção tardia da consciência ambiental brasileira (Leff, 1994), também faz com que o consumismo e a produção em formato de *commoditie*³¹ se sobressaia ao desenvolvimento sustentável, e o projeto do agronegócio se alinhe à projetos de governo como o de Jair Bolsonaro.

Talvez, o caminho para a crítica aos agrotóxicos passe justamente pela afetação da sociedade como um todo, que iguala os sujeitos, não reduzindo a questão aos trabalhadores rurais. Certamente, campo e cidade estão mais conectados do que os discursos governamentais nos permitem perceber.

Referências

- Acselrad, H. (2001). Políticas ambientais e construção democrática. *O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil* (1ª ed., pp. 75–96) São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Bardin, L. (2006). *Análise de conteúdo* (L. de Rego & A. Pinheiro, Trads.). Lisboa: Edições 70. (Obra original publicada em 1977).

³⁰ Citação disponível em: <https://x.gd/9VNpj>.

³¹ Disponível em: <https://bit.ly/4dQDoe6>. Acessado em 15 out 2024.

- Baronas, R. L. (2019). Agrotóxico versus pesticida: notas de leitura sobre polêmica e amemória discursiva. *Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso*, 14(2) 62–87. <https://doi.org/10.1590/2176-457339267>
- Bates, S., Jenkins, L. & Amery, F. (2014). (De)politicisation and the Father's Clause parliamentary debates. *Policy & Politics*, 42(2), 243–258. <https://doi.org/10.1332/030557312X656007>
- Celata, F., & Sanna, V. S. (2012). The post-political ecology of protected areas: Nature, social justice and political conflicts in the Galápagos Islands. *Local Environment*, 17(9), 977–990. <https://doi.org/10.1080/13549839.2012.688731>
- Chã, A. (2018). *Agronegócio e indústria cultural: estratégias das empresas para a construção da hegemonia*. Expressão Popular.
- Cioccarri, D., & Persichetti, S. (2019). A campanha eleitoral permanente de Jair Bolsonaro: o deputado, o candidato e o presidente. *Lumina*, 13(3), 135–151. <https://doi.org/10.34019/1981-4070.2019.v13.28571>
- Delgado, G. C. (2005). A questão agrária no Brasil, 1950–2003. *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo*. Em L. Jaccoud (Ed.), *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo* (pp. 51–90). Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
- Flinders, M., & Buller, J. (2006). Depoliticisation: Principles, tactics and tools. *British politics*, 1, 293–318. <https://doi.org/10.1057/palgrave.bp.4200016>
- Hay, C. (2007). *Why we hate politics* (1st ed.). Polity.
- Jenkins, L. (2011). The difference genealogy makes: Strategies for politicisation or how to extend capacities for autonomy. *Political studies*, 59(1), 156–174. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9248.2010.00844.x>
- Kenis, A., & Mathijs, E. (2014). Climate change and post-politics: Repoliticizing the present by imagining the future? *Geoforum*, 52, 148–156. <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2014.01.009>
- Krippendorff, K. (2018). *Content analysis: An introduction to its methodology*. Sage publications.
- Leff, E. (1994). *Ecología y capital: racionalidad ambiental, democracia participativa y desarrollo sustentable*. Siglo xxi.
- Maeselele, P., Raeijmaekers, D., Van der Steen, L., Reul, R., & Paulussen, S. (2017). In Flanders Fields: De/politicization and democratic debate on a GM potato field trial controversy in news media. *Environmental Communication*, 11(2), 166–183. <https://doi.org/10.1080/17524032.2015.1094102>
- Mouffe, C. (2005). Por um modelo agonístico de democracia. *Revista de sociologia e política*, (25), 11–23. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782005000200003>
- Mouffe, C. (2005). *Sobre o político*. WMF Martins Fontes.
- Pickering, S. (2001). Common sense and original deviancy: News discourses and asylum seekers in Australia. *Journal of Refugee Studies*, 14(2), 169–186. <https://doi.org/10.1093/jrs/14.2.169>
- Ramalho, V. G. (2020). O Brasil do negacionismo: uma análise da disputa entre pós-verdade e ciência. *O Manguzal—Revista de Filosofia*, 1(5), 55–74. <https://periodicos.ufs.br/omanguzal/article/view/20646>
- Rancière, J. (1996). *O desentendimento*. Editora 34.
- Rancière, J. (2015). *O ódio à democracia*. Boitempo Editorial.
- Randeria, S. (2007). De-politicization of Democracy and Judicialization of Politics. *Theory, Culture & Society*, 24(4), 38–44. <https://doi.org/10.1177/0263276407080398>
- Rosa, K. L.S., Toledo, D. A. C., Pedreira, P. V. R., Guerra, A. C., & Martins, L. A. (2020). Política nacional de envenenamento, a urgência de novas perspectivas frente às práticas de retrocesso socioambiental. *Cadernos de Agroecologia*, 15(2), 1–5. <https://cadernos.aba-agroecologia>.

org.br/cadernos/article/view/3673

Santos, A. J. V. (2019). Os primeiros meses da agenda socioambiental de Jair Bolsonaro e o que esta nos diz sobre nossa ontologia. *Sociologias pluras*, 5(2), 226–244.

<https://doi.org/10.5380/sclplr.v5i2.71037>

Solano Gallego, E. (Org.). (2018). *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo.

Vimieiro, A. C., & Maia, R. C. M. (2011). Análise indireta de enquadramentos da mídia: uma alternativa metodológica para a identificação de frames culturais. *Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia*, 18(1), 235–252.

<https://doi.org/10.15448/1980-3729.2011.1.8810>

Vollmer, L. C., & Tondato, M. P. (2020). Veneno ou defensivo? Uma análise do discurso acerca do Projeto de Lei que visa à mudança na regulamentação do uso de agrotóxicos no Brasil. *Comunicação & Inovação*, 21(45), 165–183. <https://doi.org/10.13037/ci.vol21n45.6271>

Wilson, J., & Swyngedouw, E. (2014). Seeds of Dystopia: Post-Politics and the Return of the Political. In J. Wilson., E. Swyngedouw, E. (Eds.), *The Post-Political and Its Discontents: Spaces of Depoliticisation, Spectres of Radical Politics* (pp. 1–20) Edinburgh University Press. <https://doi.org/10.3366/edinburgh/9780748682973.003.0001>

Watson, M., & Hay, C. (2003). The discourse of globalisation and the logic of no alternative: rendering the contingent necessary in the political economy of New Labour. *Policy & politics*, 31(3) 289–305. <https://doi.org/10.1332/030557303322034956>

Wood M., & Flinders, M. (2014). Rethinking depoliticisation: Beyond the governmental. *Policy & Politics*, 42(2), 151–170. <https://doi.org/10.1332/030557312X655909>

Wood, M. (2016). Politicisation, depoliticisation and anti-politics: Towards a multilevel research agenda. *Political studies review*, 14(4), 521–533. <https://doi.org/10.1111/1478-9302.12>

Žižek, S. (2002). *For they know not what they do: Enjoyment as a political factor* (2nd ed.). Verso.

Conflicto de intereses | Conflict of interest

Os autores não têm conflitos de interesses a declarar.

The authors have no conflicts of interest to declare.

Notas biográficas | Biographical notes

Ágatha de Souza Azevedo é formada em Comunicação Social (Jornalismo), Mestre e Doutoranda em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais.

ORCID iD: [0000-0002-8628-0589](https://orcid.org/0000-0002-8628-0589)

ID Lattes: [1693062634301107](https://lattes.cnpq.br/1693062634301107)

Morada Institucional: Avenida Antônio Carlos, nº 6627, Bairro Pampulha - CEP: 31.270-901, Belo Horizonte, MG, Brasil.

Ana Carolina Vimieiro é professora adjunta do Departamento de Comunicação Social (DCS) e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social (PPGCOM) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil.

ORCID iD: [0000-0003-1911-1264](https://orcid.org/0000-0003-1911-1264)

Ciência ID: 6F13-4B86-19B2

Scopus Author ID: 55880840000

Morada Institucional: Avenida Antônio Carlos, nº 6627, Bairro Pampulha CEP: 31.270-901, Belo Horizonte, MG, Brasil.

Como citar | How to cite [APA 7^a edition]

Azevedo, À. S., & Vimieiro, A. C. (2024). A despolitização da pauta dos agrotóxicos: Análise da posição pública do governo Bolsonaro na imprensa. *Media & Jornalismo*, 25(46), Article e4602. https://doi.org/10.14195/2183-5462_46_2

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional.

This work is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License